



RELATOS DE PESQUISAS SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS

Gabriella Eldereti Machado



RELATOS DE PESQUISAS SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS

Gabriella Eldereti Machado

1.ª Edição - Copyrights do texto - Autores e Autoras

Direitos de Edição Reservados à Editora Terried

É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte.



O conteúdo dos capítulos apresentados nesta obra são de inteira responsabilidade d@s autor@s, não representando necessariamente a opinião da Editora.

Permitimos a reprodução parcial ou total desta obra, considerado que seja citada a fonte e a autoria, além de respeitar a Licença Creative Commons indicada.

Conselho Editorial

Adilson Cristiano Habowski - **Curriculum Lattes**

Adilson Tadeu Basquerote Silva - **Curriculum Lattes**

Alexandre Carvalho de Andrade - **Curriculum Lattes**

Anísio Batista Pereira - **Curriculum Lattes**

Celso Gabatz - **Curriculum Lattes**

Cristiano Cunha Costa - **Curriculum Lattes**

Denise Santos Da Cruz - **Curriculum Lattes**

Emily Verônica Rosa da Silva Feijó - **Curriculum Lattes**

Fabiano Custódio de Oliveira - **Curriculum Lattes**

Fernanda Monteiro Barreto Camargo - **Curriculum Lattes**

Fredi dos Santos Bento - **Curriculum Lattes**

Guilherme Mendes Tomaz dos Santos - **Curriculum Lattes**

Leandro Antônio dos Santos - **Curriculum Lattes**

Lourenço Resende da Costa - **Curriculum Lattes**

Marcos Pereira dos Santos - **Curriculum Lattes**

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

RELATOS DE PESQUISAS SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS [livro eletrônico] / Organizadora: Gabriella Eldereti Machado.
-- 1. ed. -- Alegrete, RS : Editora TerriED, 2024.

PDF-

ISBN 978-65-84959-74-3

1. Ciências Humanas

23-147990

CDD-370-1

Índices para catálogo sistemático:

1. Educação 610.1



10.48209/978-65-84959-74-3



www.terried.com

contato@terried.com

(55) 99656-1914

PREFÁCIO

Este livro, intitulado “Relatos de Pesquisas sobre Políticas Públicas”, é uma contribuição essencial para a compreensão e análise das políticas públicas que moldam nossas sociedades contemporâneas. Em um mundo cada vez mais complexo e interconectado, onde as decisões políticas impactam direta e indiretamente a vida de milhões de pessoas, é fundamental explorar, de forma aprofundada, as diversas facetas e consequências dessas políticas.

Os capítulos aqui apresentados são frutos de rigorosas pesquisas realizadas por estudiosos comprometidos com a análise crítica e a busca por soluções para os desafios que enfrentamos. Os autores, provenientes de diversas áreas do conhecimento, trazem uma riqueza de perspectivas que enriquece o debate sobre políticas públicas. Seus relatos abordam temas variados, desde a saúde, educação, meio ambiente, segurança até a inclusão social, refletindo a diversidade e a complexidade dos problemas que as políticas públicas visam resolver.

Ao longo das páginas, o leitor encontrará análises detalhadas que combinam teorias consagradas e metodologias inovadoras, sempre com um olhar atento às especificidades locais e globais. Cada relato é uma peça de um quebra-cabeça maior, que, quando unido, proporciona uma visão abrangente e multifacetada das políticas públicas. Através de estudos de caso, análises quantitativas e qualitativas, os autores oferecem insights valiosos e, muitas vezes, surpreendentes sobre a eficácia, os desafios e as oportunidades das políticas analisadas.

Este livro é destinado a um público amplo, incluindo acadêmicos, estudantes, formuladores de políticas, gestores públicos e cidadãos interessados em compreender melhor os mecanismos que regem as políticas públicas. Nosso objetivo é promover um diálogo informado e construtivo, incentivando a reflexão crítica e a busca por políticas mais justas, eficazes e sustentáveis.

Esperamos que esta obra inspire novas pesquisas, debates e ações que contribuam para o desenvolvimento de políticas públicas que atendam verdadeiramente às necessidades da sociedade. Que os relatos aqui reunidos sirvam como fonte de conhecimento e inspiração, reforçando a importância do papel da pesquisa na construção de um futuro melhor para todos.

Boa leitura!

Gabriella Eldereti Machado

31 de maio de 2024.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1

A Pedagogia Histórico-Crítica e a Prática Educativa na Atualidade.....8

Jucelia Freitas da Silva

Neuzimar Santana Campos e Silva

Telma Rodrigues de Souza Gomes

doi: 10.48209/978-65-84959-74-0

CAPÍTULO 2

Um relato de experiência a partir da Escola Estadual Dom Vunibaldo

.....17

Jucelia Freitas da Silva

Neuzimar Santana Campos e Silva

Telma Rodrigues de Souza Gomes

doi: 10.48209/978-65-84959-74-1

CAPÍTULO 3

Políticas Públicas de Educação na América Latina: Desafios e Perspectivas

.....21

Gabriella Eldereti Machado

Ivanio Folmer

doi: 10.48209/978-65-84959-74-2

CAPÍTULO 4

**Implantação da Missão Evangélica Caiuá em Dourados/MS no final da
década de 1920.....26**

Raquel Alves de Carvalho

doi: 10.48209/978-65-84959-74-4

Sobre a Organizadora.....40

CAPÍTULO 1

A PEDAGOGIA HISTÓRICO-CRÍTICA E A PRÁTICA EDUCATIVA NA ATUALIDADE

Jucelia Freitas da Silva¹

Neuzimar Santana Campos e Silva²

Telma Rodrigues de Souza Gomes³

Doi: 10.48209/978-65-84959-74-0

Resumo: Este estudo propõe uma reflexão acerca da pedagogia histórico-crítica e a prática educativa. As ponderações aqui tecidas, partem de um estudo bibliográfico realizado no decorrer da disciplina de Teorias da Educação do Programa de Pós Graduação *Stricto Sensu* – Mestrado em Educação – da Universidade Federal de Rondonópolis. O presente texto tem por objetivo fazer uma reflexão a respeito da prática pedagógica e a pedagogia histórico-crítica nos dias de hoje. Os aportes teóricos utilizados neste trabalho estão fundamentados em autores como: Saviani (2011), Libâneo (2021), Paro (2016), Freire (2011), dentre outros que nos auxiliaram na construção do pensamento reflexivo. As reflexões são importantes para que possamos rever o nosso fazer pedagógico e manter nossos alunos no centro do processo educativo.

Palavras-chave: Prática educativa; Educação; Histórico-crítico; Pedagogia.

¹ Mestranda no Programa de Pós-graduação em Educação (PPGEdu) do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Rondonópolis(UFR). Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Investigação Políticas Públicas e Formação de Professores (PPGEdu-UFR) (Rondonópolis/Brasil). E-mail: freitasjumt@hotmail.com; Orcid Id: <https://orcid.org/0009-0003-3600-568X>

² Mestrando no Programa de Pós-graduação em Educação (PPGEdu) do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Rondonópolis(UFR). Pesquisador do Grupo de Formação Humana, Teorias Educacionais e Políticas Públicas (FORTEP-UFR) (Rondonópolis/Brasil).

E-mail: neudeleverger@gmail.com; Orcid Id: <https://orcid.org/0000-0003-2977-6315>

³ Especialização em Gestão e Organização da Escola, Universidade Norte do Paraná - UNOPAR, Pólo de Rondonópolis -MT, e-mail: telmaquimi@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

Refletir acerca da pedagogia histórico-crítica e a respeito da prática educativa requer trazer em discussão aspectos da formação do homem em sociedade. Assim, ao relacionarmos as “características especificamente humanas não estão inscritas na genética e, portanto, não são herdadas pelos indivíduos ao nascer, mas são produzidas historicamente” (SAVIANI, 2016, p.16). Nesse contexto, ao fazermos relação no meio educacional notamos que a ação educativa é produzida historicamente de acordo com o modo da organização do conjunto dos homens, a espécie humana ao nascer é introduzida socialmente no ambiente que é consequência das gerações antecedentes.

Nessa perspectiva, ao tecermos sobre a prática educativa as investigações sobre a educação não poderíamos deixar de trazer em discussão uma leitura nos moldes da ideologia no cenário educacional que tem suas bases entrelaçadas numa perspectiva nas classes sociais tendo como fruto de reprodução a sociedade dominante. Dessa forma, a pedagogia histórica-crítica contém, em seu fundamento uma concepção histórico - cultural que advém da vida humana entrelaçadas na atividade do trabalho.

Para iniciarmos a nossa reflexão partimos do contexto atual que vivenciamos na Educação. Uma vez que está atravessada por situações que tiram do professor sua principal função que é a mediação do conhecimento para as atividades técnicas que interferem em seu fazer pedagógico. Assim, conforme ocorre as alterações em função dos procedimentos adquiridos pela sociedade ocorre a transformação na escola na construção de uma a pedagogia histórica – crítica que defende uma pedagogia transformadora no qual inclui “[...] uma sociedade na qual as relações humanas e a vida humana são plenas de conteúdo, em oposição ao caráter unilateral, abstrato e vazio das relações humanas na sociedade capitalista” (DUARTE, 2011, p. 18).

As discussões do surgimento da pedagogia histórica-crítica parte dos anos de 1980 sendo o criador autor Dermeval Saviani que direciona a mobilização a

resposta às pedagogias não críticas que sustentavam a educação nos propósitos de aparelho ideológico de Estado.

Dessa forma, entende-se que a pedagogia histórica – crítica é embasada em reflexões que requer do trabalho educativo para o desenvolvimento crítico enquanto função do exercício da cidadania. Com isso, a pedagogia histórico-crítica, envolve uma função ativamente intencional e sistematizada de transmissão dos conhecimentos permitindo que o estudante consiga buscar conhecimentos além dos propostos no cotidiano.

PEDAGOGIA HISTÓRICO-CRÍTICA E PRÁTICA EDUCATIVA

Para o desenvolvimento de nossa reflexão partimos do pressuposto de que “a escola tem o papel de possibilitar o acesso das novas gerações ao mundo do saber sistematizado, do saber metódico, científico” (SAVIANI, 2011, p. 66), ou seja, por meio dela, deve ser dado oportunidade e condições para que as crianças possam usufruir desse direito.

De acordo com Libâneo (2021, p. 222) a “Educação é o ato de produzir direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens”, ou seja, nas palavras do pesquisador a educação deve ser levado em consideração o processo histórico de aquisição do conhecimento, pois é por meio dele que a criança evolui com o sujeito.

Ao trazer essa realidade para o campo educacional Saviani (2011) faz uma crítica à forma que a educação escolar estáposta pelas instituições escolares em formato de conteúdos, pois, de acordo com o pesquisador esses representam a questão central da pedagogia, porque se produzem a partir das relações sociais e se sistematizam com autonomia em relação à escola (SAVIANI, 2011, p. 66).

O autor continua a afirmar que a sistematização dos conteúdos pressupõe determinadas habilidades a serem desenvolvidas e que a escola normalmente ga-

rante, mas não ocorre no interior das escolas de educação básica (SAVIANI, 2011, p. 66), uma vez que temos diferentes vertentes educacionais adotadas pelos professores que atuam nas escolas.

De acordo com Paro (2014, p. 22), o processo de utilização dos conteúdos é independente da forma ou do método de ensino. Uma vez que este método ignora tanto o professor e o aluno do processo educativo. De acordo com o pesquisador, o ensino “fica reduzido ao fim e ao cabo, a uma exposição de conhecimentos e informações, sem qualquer consideração pela subjetividade do educador ou do educando”.

Nesse sentido, inserimos nossa reflexão, uma vez que a produção social do saber é histórica, por tanto não é obra de cada geração independente das demais (SAVIANI, 2011, p. 66). Vale ressaltar que essa prática permanece até os dias atuais nas escolas brasileiras. A prática tradicional de Educação.

Nesse contexto de mudança, Paro (2014) nos apresenta que o primeiro passo para alterar essa realidade vivenciada em muitos lugares é partir para o conceito de educação que consiste na apropriação da cultura. Para o pesquisador, deve ser entendida de forma que abranja “conhecimentos, informações, valores, crenças, ciência, arte, tecnologia, filosofia, direito, costumes, tudo enfim que o homem produz em sua transcendência da natureza” (PARO, 2014, pp, 23-24).

Para o autor, “o homem faz história, portanto, ao produzir cultura. E ele a produz como sujeito, ou seja, como detentor de vontade, como autor”. Dessa forma, a “necessidade da educação se dá precisamente porque, embora autor da história pela produção da cultura, o homem ao nascer encontra-se inteiramente desprovido de qualquer traço cultural” (PARO 2014, p. 25).

Nesse sentido, Paro (2014, p. 25), coloca a educação “como apropriação da cultura apresenta-se, pois, como atualização histórico-cultural”. Nas palavras do autor, o termo atualização no contexto educacional remonta às formas como o sujeito vai evoluindo histórico e socialmente, ou seja, “ele vai se tornando mais

humano (histórico) à medida que desenvolve suas potencialidades, que à sua natureza vai acrescentando cultura, pela apropriação de conhecimentos, informações, valores, crenças, habilidades artísticas, etc., etc.” (PARO, 2014, p. 26).

Outro ponto a ser mencionado por Paro (2014) nesta reflexão é o que ele chama de ser político. Nesse caso, de acordo com o autor, a política deve ser entendida de uma “forma rigorosa e abrangente, a condição política do homem advém do fato de que ele, em sua historicidade, não pode de modo nenhum ser tomado de forma isolada” (PARO, 2014, p. 27).

A respeito disso, o termo político “envolve, portanto, a produção da convivência entre pessoas e grupos” (PARO, 2014, p. 27). No que tange a Educação, “a principal implicação dessa condição política do humano diz respeito ao tipo de sociedade que se tem em mente em termos políticos e, por conseguinte, ao tipo de homem político que se pretende formar”, para tanto, busca-se a formação de um cidadão que afirme “sua condição de sujeito e preparando-o para atuar democraticamente em sociedade” (PARO, 2014, p. 28).

Dessa forma, a educação voltada para a formação histórica e social do sujeito, significa refletir o processo educativo que está posto nos sistemas educacionais e de “superar a antinomia entre fins individuais e fins sociais da Educação” (LIBÂNEO, 2021, p. 231).

De acordo com Libâneo (2021, p. 236) o processo educativo voltado para a formação do sujeito inclui a finalidade, seleção organização de conteúdos, ação ou intervenção educativa, aprendizagem dos sujeitos e o processo de ensino aprendizagem, meio pelo qual se desenvolve a aprendizagem que sintetiza os demais elementos, como apresentado no quadro abaixo:

Quadro 01: Processo Educativo (Libâneo 2021)

Passos do Processo Educativo	
Finalidades	referem-se ao tipo de ser humano que se quer alcançar com a educação, traduzidas em objetivos formativos em relação às dimensões humanas (social, intelectual, física, afetiva, moral, estética, entre outras), evidentemente dentro da visão que se tem de sociedade e de ser humano.
Seleção e organização de conteúdos	isto é, a seleção de elementos da cultura referentes ao que é necessário e relevante aprender em cada etapa do desenvolvimento humano, obviamente coerente com os objetivos. Trata-se de conteúdos conceituais, procedimentais e valorativos.
Ação ou intervenção educativa	implica uma intencionalidade referida à consecução de finalidades e objetivos, efetivada por algum agente educativo próximo a um sujeito (educando) visando estimular, orientar e possibilitar a aprendizagem, ativando as potencialidades e capacidades do educando.
A aprendizagem dos sujeitos	trata-se de um processo de aprender que produza mudanças no modo de ser e agir, compatível com as finalidades e objetivos propostos para a ação educativa.
O processo de ensino-aprendizagem, meio pelo qual se desenvolve a aprendizagem, que sintetiza os demais elementos	finalidades, objetivos, seleção de conteúdos, a intervenção educativa, aprendizagem autônoma do aluno.

Fonte: Quadro elaborado pela autora com dados de Libâneo (2021)

Dessa forma, a Educação poderá ser pensada para alteração do quadro educativo atual. Uma vez que a “Educação tende não só a ser representativa dos interesses dominantes (consolidados pela ação do Estado), como também a ser transmissora da ideologia que responde a esses interesses” (LIBÂNEO, 2021, p. 232). De acordo com o autor, essa dependência da Educação “em relação às formas sociais, econômicas, políticas de uma sociedade põe aos educadores a exigência

de assumir uma atitude crítica, colocando em questão uma prática educativa meramente adaptadora ao modelo de sociedade vigente” (LIBÂNEO, 2021, p. 231).

Contudo,

Assim, a prática pedagógica do docente na atualidade tem que superar os modelos educacionais anteriores que perduram ao longo dos anos. É necessário que seja refletida a prática docente para assim conseguirmos ter cidadãos históricos-críticos, sociais e políticos em nossa sociedade.

De acordo com Libâneo (2021, p. 236) devemos acrescentar que essa realidade para ser alterada deve ser levado em consideração “os contextos socio-culturais e institucionais em que estão inseridas as práticas educativas, incluindo as formas de organização e gestão das instituições escolares”. Uma vez que a “educação não se refere somente às práticas escolares, mas a um grande conjunto de práticas educativas na família, no trabalho, na comunidade, nos meios de comunicação e informação”.

Dessa forma, a “reflexão crítica sobre a prática se torna uma exigência da relação Teoria/Prática sem a qual a teoria pode ir virando blá-blá-blá e a prática, ativismo” (FREIRE, 2011, p. 19), ou seja, trabalhar dissociadas uma da outra não vai fazer sentido no processo formativo da criança.

De acordo com Freire (2011, p. 23), nos mostra que é necessário que “o educando mantenha vivo em si o gosto da rebeldia que, aguçando sua curiosidade e estimulando sua capacidade de arriscar-se, de aventurar-se, de certa forma o “imuniza” contra o poder apassivador do “bancarismo”. O pesquisador afirma que “essa curiosidade como inquietação indagadora, como inclinação ao desenvolvimento de algo, como pergunta verbalizada ou não, como procura de esclarecimento, como sinal de atenção que sugere alerta, faz parte integrante do fenômeno vital” (FREIRE, 2011, p. 30).

Contudo, para que essa mudança aconteça, o professor deve pensar de forma correta pelo professor ou, “mais amplamente, à escola, o dever de não só respeitar os saberes com que os educandos, sobretudo os das classes populares,

chegam a ela — saberes socialmente construídos na prática comunitária” (FREIRE, 2011, p. 27).

Pois de acordo com Freire (2011, p. 21), “quando vivemos a autenticidade exigida pela prática de ensinar-aprender, participamos de uma experiência total, diretriva, política, ideológica, gnosiológica, pedagógica, estética e ética, em que a boniteza deve achar-se de mãos dadas com a decência e com a seriedade”.

CONCLUSÃO

O texto aqui construído buscou apresentar uma reflexão sobre a pedagogia histórica-crítica relacionando-a com a prática pedagógica da atualidade. Dessa forma, em virtude do que foi discutido ao longo deste trabalho, foi possível constatar que a pedagogia histórico-crítica executa uma visão acerca do conhecimento humano nos moldes da formação cultural e busca entender as relações entre a educação e os elementos construídos a partir da realidade social.

A partir disso, concordo com Libâneo (2021, p. 235) quando afirma que a “formação e o desenvolvimento humano identificam, assim, a natureza do processo educativo e, desse modo, ao se constituir como núcleo do saber pedagógico” e que todos os outros elementos que constituem o sujeito dessa prática educativa é vão “orientar os motivos e competências dos educandos para si próprios e a vida social”.

Dessa forma, “a reflexão sobre a Educação, portanto, não consiste unicamente em vê-la como relações pedagógicas ou de orientação do desenvolvimento individual”, busca assim, “compreendê-la partindo da análise objetiva das relações sociais vigentes, das formas econômicas, dos interesses sociais em jogo, pois a prática educativa é sempre a expressão de determinada forma de organização das relações sociais na sociedade” (LIBÂNEO, 2021, p. 232).

Portanto, é necessário que tenhamos uma abertura suficiente para que possamos reconhecer e colocar em prática os princípios que norteiam a pedagogia histórica - crítica como forma de libertar alunos do meio opressor imposto pelo capital.

REFERÊNCIAS

- DUARTE, Newton. **Sociedade do conhecimento ou sociedade das ilusões?** Quatro ensaios crítico-dialéticos em filosofia da educação. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. São Paulo, Paz e Terra, 2011.
- LIBÂNEO, José Carlos. Pedagogia como Ciência da Educação: objeto e campo investigativo PIMENTA, Selma Garrido. SEVERO, José Leonardo Rolim de Lima (Orgs). **Pedagogia:** teoria, formação. – 1. ed. – São Paulo: Cortez Editora, 2021.
- PARO, Vitor Henrique. **Educação como exercício de poder:** crítica ao senso comum em educação. 3 ed. - Cortez, 2014.
- SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica:** primeiras aproximações. 11 ed. rev. – Campinas – SP; Autores Associados, 2011.

CAPÍTULO 2

UM RELATO DE EXPERIÊNCIA A PARTIR DA ESCOLA ESTADUAL DOM VUNIBALDO

Jucelia Freitas da Silva¹

Neuzimar Santana Campos e Silva²

Telma Rodrigues de Souza Gomes³

Doi: 10.48209/978-65-84959-74-1

Resumo: O objetivo desse relato de experiência surgiu das vivências profissionais experimentadas numa escola do Campo e que contribuem com a discussão, a troca e a proposição de ideias para a melhoria do ensino dos nossos estudantes, identificar possíveis fatores que dificultam o acesso à escola do campo, na Escola Estadual Dom Vunibaldo, bem como os fatores que influenciam na aprendizagem, partindo do pressuposto que a escola do campo deve ter as condições de infraestrutura adequada para o funcionamento, materializando-se em: espaços suficientes para o processo ensino e aprendizagem, equipamentos e materiais diversos, livros didáticos, literatura, laboratórios, áreas de lazer e desporto, em conformidade com os direitos apontados pelas Diretrizes da Educação do Campo, e também pelos aspectos legais vigentes, enfim condições garantidas para os estudantes do campo, para o fortalecimento da construção de Propostas Pedagógicas que atendam as necessidades dos estudantes do campo, respeitando-se as especificidades locais.

Palavras-chave: educação do campo, escolas do campo, políticas públicas

¹ MMestranda no Programa de Pós-graduação em Educação (PPGEdu) do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Rondonópolis(UFR). Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Investigação Políticas Públicas e Formação de Professores (PPGEdu-UFR) (Rondonópolis/Brasil). E-mail: freitasjumt@hotmail.com; Orcid Id: <https://orcid.org/0009-0003-3600-568X>

² Mestrando no Programa de Pós-graduação em Educação (PPGEdu) do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Rondonópolis(UFR). Pesquisador do Grupo de Formação Humana, Teorias Educacionais e Políticas Públicas (FORTEP-UFR) (Rondonópolis/Brasil). E-mail: neudeleverger@gmail.com; Orcid Id: <https://orcid.org/0000-0003-2977-6315>

³ Especialização em Gestão e Organização da Escola, Universidade Norte do Paraná - UNOPAR, Pólo de Rondonópolis -MT, e-mail: telmaquimi@yahoo.com.br

CONTEXTO

Visto o grande desafio enfrentado por alunos do campo e pelos diversos problemas enfrentados no dia a dia dos mesmos, despertou a curiosidade de fazer um estudo mais aprofundado nas causas dessas dificuldades, contudo ainda existem outras questões que envolvem a educação do campo, os estudantes do campo, que de um modo ou de outro, leva a ocorrência do êxodo rural, muitos desses fatores estão relacionados à questão de subsistência, mas neste estudo propõem-se aprofundar o que leva as famílias que vivem no campo e gostam do lugar onde vivem trocar a realidade do seu cotidiano, muitas vezes pela região urbana.

Partindo de alguns pressupostos, como fatores sociais, e as dificuldades do meio em que vivem, há necessidade de fazer uma investigação das condições de infraestrutura deste ambiente, e devemos analisar e estudar diferentes realidades, para que se obtenha um resultado da situação real das dificuldades da educação do campo bem como das famílias do campo, pois muitas vezes estudantes perdem o ritmo dos estudos, ou mesmo o interesse diante das condições que são expostas. Dentre várias evidências é notório que no campo tem muita carência em vários setores principalmente na educação, que fica sempre no esquecimento, podemos notar isso no texto das diretrizes da educação do campo.

Historicamente, a educação esteve presente em todas as Constituições brasileiras. Entretanto, mesmo o país sendo essencialmente agrário, desde a sua origem, a educação rural não foi mencionada nos textos constitucionais de 1824 e 1891 (PARANÁ, 2006, p. 28).

Seguindo esses princípios, pretende-se entender um pouco mais sobre a educação do campo na Escola Estadual Dom Vunibaldo do município de Juscimeira.

O que tem-se percebido na nossa escola é que temos um fluxo muito grande nas fazendas de ida e vinda que atrapalha o processo ensino e aprendizagem, cabe ressalvar ainda que faltam iniciativa para os pais participarem mais da

vida e do cotidiano escolar de seus filhos, deixando muitas vezes o acompanhamento, apenas pelos professores e os demais envolvidos no cotidiano escolar.

Partindo do pressuposto que a escola do campo deve possuir as condições de infraestruturas adequadas para o funcionamento, tais como: espaços suficientes e adequados para o processo ensino-aprendizagem, equipamentos e materiais diversos, livros didáticos e de literatura, laboratórios, áreas de lazer e de desporto, em conformidade com a Proposta Pedagógica e com as necessidades dos povos do campo, respeitadas as especificidades locais.

A educação pública do campo está abandonada, a educação dos movimentos sociais é hoje uma das fronteiras mais avançadas do movimento pedagógico brasileiro, e complementamos com políticas públicas que consideram e a formação de professores, o financiamento definido, o diagnóstico e a busca de soluções para combater as desigualdades do cotidiano escolar. (Parecer CEE, 2010, pág. 6).

DESCRIÇÃO DA EXPERIÊNCIA

Esse relato de experiência partiu das vivências profissionais experimentadas numa escola do Campo e um breve relato das dificuldades enfrentadas pelos estudantes do meio rural, com a finalidade de identificar as principais dificuldades enfrentadas pelos alunos do campo, tanto quanto a infraestrutura que por consequência estão diretamente ligados a outros fatores.

Muitas vezes a prática pedagógica fica bastante prejudicada, um dos fatores, é devido a condições das estradas, quando ocorrem chuvas os transportes não circulam. Presenciamos com frequência o calendário escolar sendo prejudicado, obrigando os professores a elaborarem aulas de reposição, tarefas para o aluno desenvolver em casa para a maioria deles, que devido às condições das estradas e dos transportes acabam faltando, essas aulas tarefas de certa forma vem amenizando e suprindo algumas perdas dos alunos, embora não seja o Ideal, mas atitudes como estas, têm complementado a prática pedagógica, devido à ausência dos alunos na escola.

Outro fator que tem prejudicadas as escolas do campo são os trâmite burocráticos, e devido não atingir o número de alunos necessários exigidos pelo sistema, acabam os mesmos perdendo alguns benefícios, como sala de apoio sala de recursos, entre outros. Os alunos que precisam de atendimento psicológico contam apenas com um profissional para todo o núcleo regional de educação.

CONSIDERAÇÕES

Quanto aos desafios propostos neste trabalho, em especial Escola Estadual Dom Vunibaldo essa proposta de valorização dos sujeitos do campo, pode ser fundamental para a percepção concreta de que, apesar da falta de estrutura, a escola do campo tem de fomentar estas questões, é necessário organizar a comunidade escolar, integrando pais, professores, comunidade, associações, na perspectiva de cobrarem dos órgãos competentes melhores condições de acesso a escola, e garantia de investimento nas comunidades rurais.

REFERÊNCIAS

ARROYO, M. G; CALDART R. S.; MOLINA M. C. Por uma educação do campo: Petrópolis – RJ, Vozes, 2004.

BRASIL. Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas escolas do campo. Resolução CNE/CEB Nº. 1, de 3 de abril de 2002.

CAPÍTULO 3

POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO NA AMÉRICA LATINA: DESAFIOS E PERSPECTIVAS

Gabriella Eldereti Machado¹

Ivanio Folmer²

Doi: 10.48209/978-65-84959-74-2

Resumo: Este artigo examina as políticas públicas de educação na América Latina, analisando as principais estratégias adotadas pelos governos para melhorar a qualidade e o acesso à educação. Através de uma revisão da literatura e análise de dados, identi-

1 É Licenciada em Química pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha - IFFar - Campus Alegrete (2015) e Pedagogia pelo Centro Universitário Facvest - Unifacvest (2020). Especialista Educação Ambiental pela Universidade Federal de Santa Maria (2016), Especialista em Metodologia de Ensino de Ciências Biológicas pela Faculdade UNIASSELVI (2021), Especialista em Supervisão Escolar pela Faculdade FaSouza, Especialista em Psicopedagogia Clínica e Institucional pela Faculdade Líbano (2024), Especialização em Psicologia Escolar pela Faculdade Líbano (Cursando atualmente). Mestre em Educação pela Universidade Federal de Santa Maria (2018). Doutora em Educação pelo Programa de Pós - Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Maria (2022). Participou do Grupo de Estudo e pesquisa Feministas (UFSM); do Grupo de Estudos em Políticas e Gestão Educacional (IFar - Campus Alegrete); do Grupo de Agroecologia Terra Sul (UFSM). Atualmente participa do Núcleo de Pesquisa em Desenvolvimento Territorial do Pampa (IFar - Campus Alegrete) e atua como pesquisadora no Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação e Imaginário Social - GEPEIS (UFSM). Trabalha na área da Educação, com ênfase na Formação de Professores e Imaginário Social.

2 Graduado em Geografia Licenciatura pela Universidade Federal de Santa Maria (2014). Mestre em Geografia pelo Programa de Pós Graduação em Geografia-PPGEO/UFSM (2018). Doutor em Geografia-PPGEO/UFSM (2022). Especialista em Coordenação Pedagógica - FCE - (2023). Participante de diversos projetos Ensino, Pesquisa e Extensão, com as temáticas de Educação no campo; Território; Sujeitos do Campo; Educação Ambiental; Gênero e sexualidade. É professor da Rede Estadual do RS na Área das Humanas - Componente Curricular: Geografia. Foi Tutor EAD no Curso Licenciatura em Educação do Campo UAB/UFSM 2018-2023. É professor Formador da Universidade de Caxias do Sul/PARFOR 2023. Especializando em Supervisão Escolar - FCE. Integrante do Grupo de Pesquisa Girassol - Grupo de Pesquisa em Agroecologia, Educação do Campo e Inovações Sociais - UFSM; Grupo de Pesquisa em Educação e Território- GPET - UFSM e Agricultura e Urbanização na América Latina - USP. É integrante da Academia Luso-Brasileira de Letras do Rio Grande do Sul.

ficam-se os principais desafios enfrentados na região, bem como as iniciativas que têm mostrado resultados promissores. Conclui-se com recomendações para futuras políticas e áreas de pesquisa.

INTRODUÇÃO

A educação é um pilar fundamental para o desenvolvimento socioeconômico de qualquer nação. Na América Latina, a busca por sistemas educacionais mais equitativos e eficientes tem sido uma prioridade constante para os governos. Este artigo explora as políticas públicas implementadas nas últimas décadas, destacando tanto os sucessos quanto as áreas que necessitam de melhorias.

CONTEXTO HISTÓRICO E POLÍTICO

Historicamente, a América Latina enfrentou desafios significativos em termos de desigualdade social e econômica, que se refletem nos sistemas educacionais. Governos autoritários, instabilidade política e crises econômicas marcaram a trajetória da região, impactando diretamente a educação. Nas últimas décadas, a democratização e a globalização têm impulsionado reformas educacionais, com foco em ampliar o acesso e melhorar a qualidade.

PRINCIPAIS POLÍTICAS E INICIATIVAS

1. Universalização do Ensino Fundamental A universalização do ensino fundamental foi uma das primeiras metas adotadas. Países como Brasil, México e Argentina implementaram políticas para garantir que todas as crianças tenham acesso ao ensino básico. Isso incluiu a construção de escolas, treinamento de professores e distribuição de materiais didáticos.

2. Programas de Transferência de Renda Condicionada Programas como o Bolsa Família no Brasil e o Oportunidades (atual Prospera) no México vinculam transferências de renda à frequência escolar e vacinação das crianças. Estes programas têm mostrado resultados positivos na redução da evasão escolar e no aumento da matrícula.

3. Reformas Curriculares e Pedagógicas Reformas curriculares têm sido implementadas para tornar a educação mais relevante e adaptada às necessidades do mercado de trabalho. Além disso, houve um esforço para integrar tecnologias educacionais e métodos pedagógicos inovadores, como o ensino por competências e a aprendizagem baseada em projetos.

4. Formação e Valorização dos Professores A qualidade do ensino está diretamente ligada à formação e valorização dos professores. Iniciativas para melhorar a formação inicial e continuada dos professores, bem como políticas de valorização salarial, têm sido adotadas em vários países da região.

5. Educação Inclusiva e Igualdade de Gênero Políticas para promover a inclusão de grupos marginalizados, como povos indígenas e pessoas com deficiência, têm ganhado destaque. Além disso, iniciativas para promover a igualdade de gênero na educação, como campanhas contra a discriminação e programas específicos para meninas, têm sido implementadas.

DESAFIOS PERSISTENTES

1. Desigualdade Regional e Social A disparidade entre áreas urbanas e rurais, bem como entre diferentes grupos socioeconômicos, continua sendo um desafio. O acesso à educação de qualidade ainda é desigual, impactando negativamente as oportunidades futuras dos estudantes mais pobres.

2. Financiamento Sustentável O financiamento adequado e sustentável da educação é uma preocupação constante. Muitos países enfrentam dificuldades para manter investimentos elevados em educação, especialmente em tempos de crise econômica.

3. Qualidade da Educação Embora o acesso tenha melhorado, a qualidade da educação ainda deixa a desejar em muitos aspectos. Resultados de avaliações internacionais, como o PISA, mostram que os alunos da América Latina frequentemente ficam atrás de seus pares de outras regiões em termos de desempenho acadêmico.

PERSPECTIVAS FUTURAS E RECOMENDAÇÕES

- 1. Investimento em Tecnologias Educacionais** A incorporação de tecnologias educacionais pode ajudar a superar algumas das limitações atuais, especialmente em áreas remotas. Políticas que incentivem o uso de tecnologia na educação devem ser priorizadas.
- 2. Fortalecimento da Formação de Professores** Continuar a investir na formação inicial e continuada dos professores é crucial. Programas de intercâmbio e cooperação internacional podem trazer novas perspectivas e metodologias para a região.
- 3. Políticas Integradas e Intersetoriais** A educação deve ser vista de forma integrada, considerando fatores sociais, econômicos e de saúde que afetam o desempenho escolar. Políticas intersetoriais que abordem essas dimensões podem ser mais eficazes.

Participação Comunitária e Governança Envolver a comunidade e fortalecer a governança local na gestão escolar pode aumentar a relevância e a eficácia das políticas educacionais. A participação ativa de pais, professores e alunos nas decisões escolares é essencial.

CONCLUSÃO

As políticas públicas de educação na América Latina têm avançado significativamente, mas ainda há um longo caminho a percorrer para alcançar uma educação de qualidade para todos. As lições aprendidas e as melhores práticas identificadas podem servir de base para futuras reformas. A colaboração entre países e o apoio de organizações internacionais serão fundamentais para superar os desafios e garantir que todos os estudantes da América Latina tenham acesso a uma educação equitativa e de qualidade.

REFERÊNCIAS

- Carnoy, M. (2021). *Education in Latin America: Improving Quality and Equity*. Harvard University Press.
- Reimers, F. (2020). *Educating Students to Improve the World: Lessons from International Experience*. Springer.
- UNESCO. (2022). *Global Education Monitoring Report 2022: Inclusion and Education*. Paris: UNESCO Publishing.
- World Bank. (2021). *Learning Poverty in Latin America: Gaps and Opportunities*. Washington, D.C.: World Bank.

CAPÍTULO 4

IMPLANTAÇÃO DA MISSÃO EVANGÉLICA CAIUÁ EM DOURADOS/MS NO FINAL DA DÉCADA DE 1920

Raquel Alves de Carvalho¹

Doi: 10.48209/978-65-84959-74-4

Resumo: O trabalho trata se de um fragmento atualizado da minha dissertação de mestrado e está relacionado à tentativa de compreensão do processo histórico da vinda dos religiosos protestantes, sua instalação na região, condições econômicas para a permanência e o envolvimento no cotidiano dos indígenas Guarani e Kaiowá; Busca compreender os aspectos ideológicos que configuram a doutrina e os valores das igrejas envolvidas, suas concepções e representações dos povos indígenas, de si mesmos, da natureza, do povo mato-grossense e de sua missão, considerando os interesses destas igrejas em suas relações com a sociedade e o Estado, na implantação da Missão Evangélica Caiuá em Dourados.

Palavras-chave: Missão Caiuá - catequese indígena - etnografia.

A participação dos povos indígenas na história do Brasil é caracterizada por uma série de conflitos. Desde a chegada dos portugueses e o aliciamento forçado dos povos indígenas na economia da colônia, as relações entre indígenas e colonos foram marcadas por uma série de violências e conflitos, nas quais a prática

¹ Pedagoga pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS). Mestre e doutora em Educação pela Universidade Metodista de Piracicaba (Unimep). Professora Adjunta da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) lotada no Curso de Licenciatura em Educação do Campo, na Faculdade Intercultural Indígena (Faind). Pós doutoranda no Programa Multidisciplinar de Pós Graduação em Cultura e Sociedade da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

E-mail: raquelcarvalho@ufgd.edu.br. Orcid 0000-0001-6179-5976.

da escravidão e perseguição aos povos originários levou ao extermínio de várias etnias. Ou eram levados como mão-de-obra escrava ou eram perseguidos como entraves ao progresso da nação. Uma das estratégias utilizadas pelo Estado era estimular ações de catequese, para “civilizar” e “integrar” os povos indígenas à ordem nacional.

No estado do antigo Mato Grosso, que atualmente está dividido em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, desde a segunda metade do século XIX, os governos da província explicitavam apoio a catequese e “civilização” dos indígenas na região. Essa preocupação estava relacionada, de um lado, com os constantes conflitos entre os fazendeiros e indígenas pela posse da terra, e por outro, ao interesse em utilizar o trabalho indígena como forma de estimular o desenvolvimento econômico da região.

O Estado de Mato Grosso era visto como uma região economicamente atrasada, longínqua e pouco povoada. O atraso econômico era relacionado à falta de mão de obra necessária à ocupação produtiva dos espaços vazios existentes, sendo que o trabalho indígena era visto como um meio para suprir essas necessidades. A proposta do governo era de que missionários religiosos assumissem a tarefa de aldear e civilizar os indígenas.

Neste contexto que chegaram os primeiros missionários, a serviço da Sociedade Evangélica de Catechese dos Índios, que vieram trabalhar na Missão Evangélica Caiuá, saíram de São Paulo no dia 20 de março de 1929. O grupo era composto por seis pessoas: o reverendo A. S. Maxwell, pastor e chefe da missão, ministro da Igreja Presbiteriana dos Estados Unidos, o médico Dr. Nelson de Araújo, representante da Igreja Metodista, o professor Esthon Marques, representante da igreja Presbiteriana Independente, e o agrônomo João José da Silva, que vinha acompanhado de sua esposa Guilhermina Alves da Silva e do filho Erasmo (criança).

Viajando de trem, no dia 22 de março os missionários desembarcaram em Campo Grande, onde parte do grupo permaneceu até o dia 02 de abril, pois Erasmo ficara doente (pneumonia). No dia 3 de abril, o grupo todo já se encontrava

instalado em Dourados. Em relato ao Sr. Eurípides C. de Menezes, os missionários descreveram a viagem como:

Excellent e penosa. Excellent, pela novidade das regiões desconhecidas que atravessaram, onde os hábitos e as paisagens eram inteiramente originais. Penosa, porque, depois de viajarem no meio de uma nuvem de pó, na estrada de ferro, a ponto de lhes dar a impressão de estarem no deserto do Saara, tiveram de lutar com fortes aguaceiros nas estradas de rodagem, onde, a cada passo quase eram forçados a descer e empurrar o carro que atolava na lama! (O Expositor Cristão, 15 de Maio de 1929, p. 2).

Assim que o reverendo Maxwell e o professor Esthon Marques chegaram em Dourados, providenciaram o aluguel de uma casa como residência provisória, até que encontrassem o local adequado para a construção da sede da missão. De acordo com os relatos dos missionários, a sua instalação nessa casa requereu muitos esforços, em virtude das péssimas condições da residência.

O professor Esthon Marques, em carta escrita ao Sr. Eurípedes C. de Menezes diz: “Queria que você me visse aqui, todo sujo de cal, a construir a casa, que nos vai abrigar! O rev. Maxwell, com uma enxada a fazer a roça e o Dr. Nelson a capinar! Coitado do nosso doutor! Estudar numa universidade para depois... fazer ‘calos d’água nas mãos, aqui nos confins do Matto Grosso” (O Expositor Cristão, 15 de Maio de 1929, p. 02).

Os missionários não tinham intenção de estabelecer residência fixa no espaço urbano, planejando adquirir uma propriedade próxima à Reserva indígena Francisco Horta Barbosa, de forma a facilitar o acesso dos missionários aos indígenas e destes à missão. Os recursos para a aquisição da propriedade tinham sido levantados pelo reverendo Maxwell e, segundo a matéria publicada no Expositor Cristão, fora fruto da generosidade de um cristão que “puzera-lhe nas mãos a importância necessária para adquirir uma gleba de terras em Matto Grosso, para servir de centro a uma estação missionária de catechese dos índios” (O Expositor Cristão, 2 de Janeiro de 1929, p. 5).

No processo de instalação da Missão Evangélica Caiuá em Dourados, a primeira dificuldade que os religiosos enfrentaram foi durante a negociação e

aquisição da propriedade que serviria de sede para as suas atividades. De acordo com médico Dr. Nelson de Araújo, o objetivo dos missionários era

[...] nós queremos comprar terras que, limitando com as terras da aldeia, fiquem entre esta e a villa. Nestas condições há terras esplendidas, mas os donos, pensando que somos riquíssimos, estão pedindo um dinheirão. Teremos que destruir a lenda e só então é que conseguiremos as terras por um preço razoável. Depois de comprar as terras, teremos o problema da construção da casa. Como se vê, tudo isso vai demorar um pouco, mas não perderemos o nosso tempo e iremos trabalhando como for possível (O Expositor Christão, 15 de Maio de 1929, p. 1).

A instalação missionária na região requeria certa dose de paciência, em virtude da necessidade de bens materiais, terras e casas para construir as bases de operação missionária. Foi adquirida nas proximidades da Reserva Indígena de Dourados, uma propriedade de 1020 hectares, para a instalação da sede da missão, mas não foi totalmente do agrado dos missionários, que acabaram comprando um sítio mais próximo do posto do SPI, por julgarem ser um lugar mais apropriado para os trabalhos a serem realizados com os indígenas.

Dados fornecidos pelo revendo A. S. Maxwell e publicados no Expositor Cristão em fevereiro de 1941, revelam que os recursos necessários a montagem de toda a infra-estrutura missionária foram conseguidos junto a igrejas e amigos nos EUA, que contribuíram com mais de 80 contos de réis. Com esse dinheiro foram comprados mais de 1200 hectares de terra, construíram duas residências, um prédio que servia como escola e igreja, dois barracões e outras coisas necessárias para o trabalho. Além disso, recursos e doações eram arrecadados junto aos fiéis das igrejas evangélicas existentes no Brasil (O Expositor Christão, 4 de Fevereiro de 1941, p. 08).

O Presidente da Associação Evangélica de Catechese aos Índios, reverendo Maxwell apresentou um projeto à Missão, visando mudar temporariamente a estação missionária para perto da sede do Posto, aproveitando, para isto algumas, chácaras a venda, cujos donos entraram em acordo oferecendo troca de terrenos. As razões apresentadas pela adoção do plano foram: “1 - Ficar próximo do posto que é o ponto principal de reunião dos índios e onde o grupo permanentemente é

maior; 2 - Facilidade de comunicação com o posto, com o arraial, onde também ha começo de trabalho, e com os outros postos; 3 - Poder-se entrar em acordo com o SPI visando usar, por hora, o prédio escolar do posto para escola diária da missão e para reuniões dominicais" (14 de fevereiro de 1931. Livro 1 - Atas da Missão Evangélica Caiuá, p.06).

O processo de implantação da Missão Caiuá requeria tempo e muito trabalho. Enquanto a infra-estrutura necessária para o desenvolvimento das atividades missionárias não estava pronta, os religiosos buscavam conhecer o campo missionário, estabelecendo relações com alguns indígenas e explicando-lhes os objetivos de sua presença na região. Criar a infra-estrutura necessária para a instalação da missão, entrar em contato com a população local e atrair a simpatia dos indígenas, engajando-os em seu projeto, eram os primeiros grandes desafios dos religiosos.

Os missionários sabiam que o estabelecimento de boas relações com os habitantes de Dourados era importante para consolidar sua presença na região. Por isso, mesmo não tendo a pretensão inicial de desenvolver atividades de evangelização e catequese junto a população regional, não deixaram de fazê-lo. Quando membros da Associação Evangélica de Catequese aos Índios chegaram em Dourados, em 1929, a população que residia na vila não ultrapassava o número de 2000 habitantes, sendo que estes não tinham assistência religiosa permanente de nenhuma instituição, seja católica ou protestante, o que transformava a região em terreno propício à expansão do protestantismo. O Dr. Nelson de Araújo fala com entusiasmo da primeira experiência realizada neste sentido, ao relatar que

Os habitantes de Dourados estao se interessando pelo nosso trabalho. No Domingo passado dia 14, tivemos uma escola dominical, que foi assistida por tres pessoas. Estas pessoas gostaram muito e disseram que no proximo Domingo, voltarão e trarão outras pessoas. Parece-me que dentro em pouco teremos uma escola organizada. Já é motivo para dar graças a Deus (O Expositor Christão, 15 de Maio de 1929, p. 2).

A organização da infra-estrutura e a atração dos indígenas exigiam recursos materiais e financeiros, o que demandava a contribuição das pessoas ligadas

às igrejas que cooperavam no empreendimento missionário. Cada missionário ficava responsável pela propaganda e mobilização dos fiéis de suas respectivas denominações religiosas, para a arrecadação dos recursos necessários.

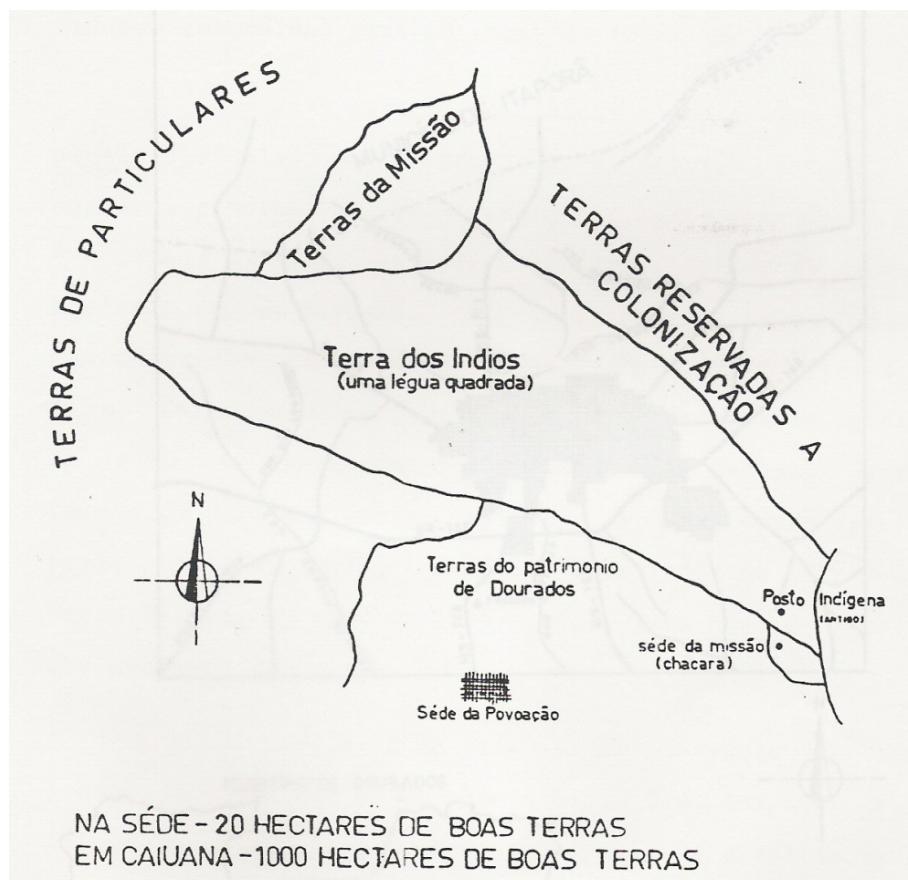
O médico missionário Dr. Nelson de Araújo considerava o jornal “O Expositor Christão” um veículo extremamente importante na sensibilização e envolvimento dos fiéis na doação de recursos materiais e financeiros, a qual condicionava o sucesso da missão. A julgar pelos textos publicados nos jornais protestantes sobre a catequese e civilização indígena, sobretudo pelo interesse que estes demonstravam pelas atividades dos membros do SPI, é possível concluir que os missionários tinham muita clareza sobre como realizar a aproximação e atração dos grupos indígenas e o papel que os presentes desempenhavam neste processo. Em sua carta de 18 de abril de 1929, dirigida a Sr. E. Escobar Junior, redator responsável pelo jornal, sugeria que este publicasse uma sessão que constasse: “A Missão Evangélica Cayuás está precisando de ... Quem quer auxiliá-la? Conforme as nossas necessidades mandariamos o pedido e o senhor publicaria no Expositor. Garanto que as offertas choveriam. Temos os mesmos planos para os outros jornaes evangelicos” (O Expositor Christão, 15 de maio de 1929, p. 1).

A estratégia era assegurar rapidamente os meios necessários às atividades da missão, o que implicava, de imediato, meios de locomoção que viabilizasse as visitas dos religiosos aos locais onde residiam os indígenas. Neste sentido, a sugestão que o médico encaminha ao editor do jornal era de que a missão tinha necessidade de comprar “uma vacca leiteira e dois animaes (cavallos ou burros) para viagens, mas não há dinheiro. Quem sabe se elle apareceria, caso o sr. fizesse um appelo pelo Expositor?” (O Expositor Christão, 15 de maio de 1929, p. 01). Os cavalos ou burros eram necessários como meio de transporte para os missionários, que viajavam, muitas vezes, o dia inteiro neste transporte para atender indígenas que se localizavam mais afastados da Missão.

Abaixo, no mapa é possível visualizar o território destinado aos indígenas (Reserva Indígena de Dourados), as terras compradas pela missão, terras destinadas a Colônia Agrícola de Dourados, a terras da Província de Dourados, bem

como seu povoado, além das terras de particulares. A partir deste documento é possível ter a compreensão de como era e é pequeno o território destinado aos povos originários desta região e como o processo de colonização implantado pelo Governo incidiu e impactou os territórios indígenas da região, ocasionando conflitos históricos por demarcação de territórios que se perduram até os dias atuais.

Figura 1: Reserva Indígena Francisco Horta Barbosa e Missão Evangélica Caiuá - Dourados (mapa antigo)



Fonte: Wenceslau, 1990, p.116.

Os missionários precisavam organizar a estrutura administrativa da missão local e discutir as tarefas e ações a serem cumpridas no processo de preparação para o início de suas atividades de catequese e civilização dos indígenas². Na primeira reunião registrada em ata, realizada no dia 8 de junho de 1929, dois

² Na reunião de 08 de junho de 1929 foi eleita a diretoria da missão local, tal como previa o Estatuto da Associação Evangélica de Catechese aos Índios, sendo eleitos os seguintes missionários: para presidente o rev. A. S. Maxwell; secretário: o Sr. Esthon Marques; tesoureiro: Sr. João José da Silva e para historiador: Dr. Nelson de Araujo (Livro Ata da Missão Evangélica Caiuá, n.1).

meses depois que estavam instalados em Dourados, os religiosos definiram que as atividades que requeriam urgência eram:

1. Estabelecer relações com os índios, por meio de visitas, auxílios médicos e interessá-los no estudo da palavra de Deus e em trabalhos agrícolas.
2. Estudo da língua Guarani.
3. Preparo do material para construção das casas.
4. Preparo da terra para as próximas plantações.

A exigência de atrair e engajar os indígenas no empreendimento missionário, determinava que os representantes da Missão Evangélica Caiuá realizassem constantes visitas à Reserva Indígena de Dourados. Essa aproximação e o mapeamento do campo de atividade missionária, por intermédio de excursões exploratórias, incluíam, além da necessidade do aprendizado da língua, o contato com a cultura e a realidade que os indígenas vivenciavam.

É interessante observar que, ao longo da história do Brasil, desde o período colonial, todas as experiências missionárias engajadas em projetos de evangelização, catequese e civilização foram marcadas pelo esforço e tentativa de compreender a cultura e a língua dos povos originários. Isso evidencia a contradição em que se viam envolvidos os religiosos, ou seja, buscavam compreender o outro, para melhor submetê-lo. Neste caso, o conhecimento etnográfico estava comprometido com e a serviço do processo de expansão dos valores e da civilização ocidental. Nesse contato, o resultado é a descrição dos costumes dos indígenas que habitavam o local.

O projeto civilizatório implicava não apenas no reconhecimento da alteridade e da diferença, a ser combatida, mas em um esforço de compreendê-la, para transformá-la. Assim, parece que os religiosos buscavam encontrar qual seria a melhor forma de estabelecer relações permanentes e duradouras com os indígenas, de modo que estes pudessem identificar a Missão Caiuá como uma fonte permanente de recursos e apoio às necessidades e problemas advindos do contato

com o entorno regional.³

No processo de instalação dos missionários, estes se viam obrigados a dividir o seu tempo entre o contato com os indígenas e a montagem de uma infra-estrutura missionária.

Era preciso construir e organizar os espaços necessários para as atividades de ensino, culto e atendimento médico, o que demandava recursos financeiros e materiais para a construção. Havia ainda a necessidade de preparar a terra e realizar o plantio dos produtos utilizados na alimentação dos membros da missão, como forma de garantir certa auto-suficiência em relação ao mercado regional e assegurar mecanismos de troca e atração dos indígenas nos períodos de fome e escassez.

O mercado regional era muito carente, conforme relata Silva

No Sul de Mato Grosso e, de um modo especial, em nossa fronteira com o Paraguai, há uma incongruente escassez de leite, queijo e manteiga. [...] Há carência de queijos, porque lá, o que se fabrica é muito pouco e de péssima qualidade. Não há legumes nem hortaliças. Em um solo onde a cana de açúcar se desenvolve com um assombroso viço, em qualquer parte em que seja plantada, especialmente se nos lugares elevados, não se consegue rapadura, se não de péssima qualidade, e por preços exorbitantes (SILVA, 1947, p. 145).

O preparo do solo e o plantio de diversos produtos para consumo dos missionários, realizados pelo trabalho de um agrônomo, com a utilização de tecnologias e instrumentos agrícolas, tinham como objetivo introduzir, junto aos grupos indígenas, o cultivo de novas espécies e formas de plantio, buscando integrá-los ao mercado local, seja como mão-de-obra, seja como fornecedores de alimentos ao entorno regional. José de Melo e Silva, um juiz de Direito que percorreu o sul do então estado de Mato Grosso por volta de 1938/1939, relata suas impressões

3 O historiador Antônio Brand utiliza o termo entorno regional para se referir ao novo contexto sócio-econômico e cultural que os grupos indígenas passam a lidar a partir do contato com os não indígenas. Toma essa referência de Balandier, dizendo que este “recorre à expressão entorno regional ou contexto regional dentro de uma situação de dominação colonial. Este entorno ou contexto regional é a porta de entrada das aldeias, onde estão os novos colonizadores com a sua economia, seus valores, suas religiões, suas técnicas e seus mecanismos de exploração”. Desta forma, o entorno se configura como essa nova realidade que desafia os homens e a cultura, exigindo-lhes novas leituras e comportamentos (Brand, 1997, p. 21).

sobre esta região, vista como precária no que diz respeito a forma como se planejava e se processava a produção:

Por tudo isso é que devem seguir para lá quem ensine como se planta, como se colhe e até como se deve comer. Colonos de todos os tipos, elementos que introduzam ali mentalidade nova e novos processos de vida

Quanto maior o volume, tanto melhor. É uma forma de oferecerem resistência a alguns retrógrados que lá se encontram, com a pretensão de ficarem sozinhos naquele mundo de terras e de coisas inexploradas, sem nada fazerem, sem nada produzirem.

Se dependesse de nós, para as regiões do Oeste não iriam somente agricultores e artífices dessa espécie a que nos refirimos. Iriam também obreiros dêsse que pairam em outros planos: homens de letras, bem formados, sensatos, destituídos de inveja e de ódio. Iriam intelectuais jovens, com o pensamento revigorado nas fontes da filosofia espiritualista e cristã, representantes dêsse movimento assombroso da mocidade brasileira, que se organizou fortaleza para combater erros, vícios e preconceitos de todo gênero, que vêm contaminando a sociedade, em vários ciclos das nossas gerações" (Silva, 1947, p.145-146).

Os habitantes da Reserva Indígena de Dourados não ficaram indiferentes a presença dos missionários na região. Na sua carta de 25 de Junho de 1929, o Dr. Nelson de Araújo comenta que a missão tem visitado muitas famílias de indígenas e tem recebido também muitas visitas. Para ele: "os Caiyuás estão ficando interessados pouco a pouco, nos nossos planos e dentro em pouco, com o auxílio de Deus, a missão terá feito muita coisa" (O Expositor Christão, 10 de Julho de 1929, p. 5).

Os missionários, nos primeiros contatos com a Reserva Indígena buscaram conhecer o campo missionário e os costumes dos indígenas que habitavam o local, o que culminou em uma série de descrições e análises das práticas materiais e simbólicas que caracterizava a cultura indígena. Nessas descrições etnográficas, as análises que os religiosos faziam sobre os costumes indígenas são marcados por viés pejorativo que buscavam reforçar e destacar a precariedade de construções, a ausência de uma economia voltada para a produção de excedentes e a existência de rituais místicos que ajudam comprovar o estado primitivo e selvagem em que viviam os povos originários. Em carta ao Expositor Cristão, o rev. Maxwell relata suas impressões a respeito do modo como viviam os índios:

Elles vivem muito espalhados. Geralmente se encontra um grupo de familias morando junto, mas as vezes os grupos moram mui distantes uns dos outros.

Logo que sahimos do patrimonio de Dourados entramos na terra dos Indios. Aqui quase todos os caminhos sao muito estreitos e tortuosos, e em muitos logares a passagem pelo matto denso é difficil, mas logo se acostuma a estes trilhos, a que os Cayuás chamam “Tapé”.

A casa dos indios sao ranchos muito imperfeitos, que mal abrigam os selvagens da chuva e, ás vezes, do vento muito frio. Um tecto de capim, sustentado por esteios, fechado de paredes de pau e capim, esta fragil estrutura constitue a morada a que elles chamam “Oga”.

É muito interessante visitar os indios na hora da refeição. Milho socado no pilão, cozido com carne, é o prato predilecto delles. A sobre-mesa mais apreciada é abóbora assada nas cinzas. Tudo é preparado ao ar livre, ficando o fogo bem em frente do rancho. No tempo de chuva forte muda-se a cozinha para dentro do rancho. Quando os caçadores conseguem apanhar tatús e outra caça pequena, nas armadilhas, ou matar porcos do matto ou veados, a família passa bem. Geralmente elles comem tudo o que pôde de uma só vez, sem se incomodarem demais com as necessidades do dia seguinte.

Alguns teem rôdes feitas de cordas fabricadas de fibras de plantas, porém muitos dormem no chão. Se está fazendo frio, elles accendem fogo dentro do rancho e deitam-se ao redor. Os que dormem em rôdes collocam brasas no chão, em baixo da rôde. Dá bastante trabalho cuidar do fogo durante a noite.

A's vezes cantam quase a noite inteira. E como são exquisitos os canticos! Parecem-se mais com gritos dos animaes do matto do que mesmo com canticos! Quase espantam a gente. Quando elles querem chuva ou alguem está doente, cantam ainda mais. Parece uma especie de oração a “Tupa Nandejara” - (Deus). O cantico é dirigido pelo chefe da familia. Outros membros acompanham em certas partes, quando querem. Podem-se ouvir estes canticos de longe, de três a quatro kilometros (O Expositor Christão, 16 de Dezembro de 1931, p. 5).

É interessante observar que, ao longo da história do Brasil, desde o período colonial, a maioria das experiências missionárias engajadas em projetos de evangelização, catequese e civilização foram marcadas pelo esforço e tentativa de compreender a cultura e a língua dos povos originários. Isso evidencia a contradição em que se viam envolvidos os religiosos, ou seja, buscavam compreender o outro, para melhor submetê-lo. Neste caso, o conhecimento etnográfico estava comprometido com e a serviço do processo de expansão dos valores e da civilização ocidental. Nesse contato, o resultado é a descrição dos costumes dos indígenas que habitavam o local.

A compreensão da presença missionária na instalação e atividades da Missão Evangélica Caiuá, no início do século XX, requereu uma análise do contexto sócio-econômico-cultural e religioso que caracterizava a época. Do ponto de vista das igrejas, o envolvimento e engajamento na Associação Evangélica de Catequese Indígena tinham relação direta com os esforços de consolidação da autonomia e nacionalização da instituição.

A presença missionária no Sul de Mato Grosso não podia ignorar as discussões existentes no Brasil com relação a integração e civilização dos povos originários existentes no país, pois as elites brasileiras, ao proporem um projeto de desenvolvimento do capitalismo brasileiro, concebiam como necessária a integração e assimilação dos indígenas, o que culminou a criação, em 1910, do Serviço de Proteção ao Índio (SPI). Dentro deste contexto, as missões evangélicas se propuseram a colaborar com o Estado na realização do projeto de “civilização”, buscando não apenas transformar os indígenas em trabalhadores nacionais, mas em cristãos, convictos que estavam “salvando-lhes o corpo e a alma”.

A vinda e a instalação dos missionários protestantes, nas proximidades da Reserva Indígena da Dourados, com a criação da Missão Evangélica Caiuá, foi o resultado concreto do envolvimento destas diversas denominações no projeto chamado civilizatório. Tal projeto permitiu a constituição de um espaço de convivência, conflito e troca entre religiosos e os povos originários; espaço que se caracteriza por encontros e desencontros.

Os missionários, em suas diligências civilizatórias, construíram e veicularam diversas imagens sobre si mesmos e sobre os indígenas. Os costumes e as práticas indígenas foram descritas e analisadas de forma negativa e preconceituosa, o que contribuía para justificar e legitimar as ações de catequese e educação dos povos originários. Por outro lado, a presença e o sucesso dos missionários na Reserva Indígena estavam relacionados a capacidade destes em prover os objetos e recursos que os indígenas necessitavam.

Os interesses missionários, presentes em seus discursos e representações, buscavam justificar e legitimar formas de sujeição a uma nova ordem social,

econômica e cultural. Porém, essa legitimação não se deu exclusivamente como efeito da violência simbólica e do poder de dominação, mas como decorrência da adesão, ainda que limitada e nem sempre espontânea das populações indígenas.

REFERÊNCIAS

Atas da Associação de Catechese dos Índios, período de 1928-1943.

Atas da Missão Evangélica Caiuá, período de 1929-1933.

BARBOZA, L. B. Horta. Comissão Rondon: pelo índio e pela sua proteção offi-
cial. Rio de Janeiro: Typ. Macedo, 1923.

BRAND, Antônio. O impacto da perda da terra sobre a tradição Kaiowá/Guarani:
os difíceis caminhos da palavra. Tese de Doutorado- PUC/RS, Porto Alegre 1997.

CARVALHO, Raquel Alves de. Os Missionários metodistas na região de Dou-
rados e a educação indígena na Missão Evangélica Caiuá (1928– 1944). Disser-
tação de Mestrado, Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Metodista de
Piracicaba, Piracicaba, 2004.

CHARTIER, Roger. A história cultural: entre práticas e representações. Rio de
Janeiro. 1988.

CUNHA, Manuela Carneiro da. História dos índios no Brasil. São Paulo: Com-
panhia das Letras/: Secretaria Municipal de Cultura/FAPESP, 1992.

FRANCISCO, Adilson José. Apóstolos do Progresso: a prática educativa sale-
siana no processo de modernização em Mato Grosso (1894-1919). Cuiabá, 1998.
Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Educação/UFMT.

GEERTZ, Clifford. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara,
1989.

Jornal O Expositor Christão, São Paulo, ed. de 1925-1948.

NOVAES, Silvia C. Jogo de espelhos. São Paulo: Edusp, 1993.

Relatório do Auxiliar Genesio Pimentel Barboza, ao Sr. Dr. Antônio Martins Es-
tigarribia, Inspetor do SPI I.R. 5º, de 1927 (Museu do Índio, Rio de Janeiro, RJ).

Relatório anual do inspetor Dr. Antônio Martins Estigarribia, do SPI, de 7 de fe-
vereiro de 1928 (Museu do Índio, Rio de Janeiro, RJ).

Revista A Voz Missionária. São Paulo, ed. de 1928-1945.

SAHLINS, Marshall. Ilhas de História. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.

SCHADEN, Egon. Aspectos fundamentais da cultura Guaraní. São Paulo: EPU, Ed. da Universidade de São Paulo, 1974.

SILVA, José de Melo e. Canaã do Oeste (Sul de Mato Grosso). 1947.

WENCESLAU, Marina Evaristo. O índio Kaiowá e a comunidade dos brancos. São Paulo, 1990. Dissertação – FFLCH/USP.

SOBRE A ORGANIZADORA

Gabriella Eldereti Machado

É Licenciada em Química pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha - IFFar - Campus Alegrete (2015) e Pedagoga pelo Centro Universitário Facvest - Unifacvest (2020). Especialista Educação Ambiental pela Universidade Federal de Santa Maria (2016), Mestre em Educação pela Universidade Federal de Santa Maria (2018). Atualmente é Discente do Programa de Pós - Graduação em Educação - Doutorado em Educação na Universidade Federal de Santa Maria. Participou do Grupo de Estudo e pesquisa Feministas (UFSM); do Grupo de Estudos em Políticas e Gestão Educacional (IFar - Campus Alegrete); do Grupo de Agroecologia Terra Sul (UFSM). Atualmente participa do Núcleo de Pesquisa em Desenvolvimento Territorial do Pampa (IFar - Campus Alegrete) e atua como pesquisadora no Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação e Imaginário Social - GEPEIS (UFSM). Trabalha na área da Educação, com ênfase na Formação de Professores e Imaginário Social.



RELATOS DE PESQUISAS SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS

www.terried.com
contato@terried.com
(55) 99656-1914